

Negociação difícil na concertação

Negociação marcada por desencontros e longe de um consenso. Ministra e PM nem sempre estiveram alinhados

A ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, continua a tentar um entendimento em torno das alterações legislativas, mas somam-se as críticas quanto à condução do processo.

E há quem sugira (antigos ministros da esfera do PSD-CDS, como Bagão Félix ou Silva Peneda) que aquilo que tem de qualidade técnica, não terá, na mesma proporção, em habilidade negocial.

E esse poderá mesmo estar a ser um dos entraves na negociação do anteprojeto “Trabalho XXI” com os parceiros sociais, que já leva sete meses, sem que ainda se lhe conheçam avanços relevantes.

No processo sucedem-se os desencontros. Além de ter vinculado a negociação da proposta a matérias que não conflituassem com as “traves mestras” do anteprojeto, a atuação de Rosário Palma Ramalho terá sido, segundo a UGT, a alavanca que conduziu à greve geral de 11 de dezembro. “Depois de várias reuniões de negociação, disse-nos que queria saber se a UGT fazia acordo, porque se não fizéssemos nada do que tínhamos negociado seria incluído na proposta final.”

E as “ondas de choque” não ficaram por aqui. Com a greve geral no horizonte, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, envolveu-se no processo para apaziguar os ânimos. Recebeu a central sindical numa reunião que contou com a presença da ministra. Foi o próprio Montenegro a pedir à UGT, em novembro, que apresentasse uma proposta de alteração legislativa ampla, que não se restringisse ao anteprojeto do Governo e cobrisse outras matérias da lei. Da reunião saiu também o compromisso de que o Governo não apontaria a barreira das traves mestras e a UGT não falaria de linhas vermelhas, a bem da negociação. Nesse dia à noite, numa entrevista à RTP, a ministra voltou a reiterar que o Governo tinha “traves mestras”, colocando o entendimento na estaca zero.

Quando, em fevereiro, antes da segunda volta das presidenciais e com Marques Mendes já fora da corrida ao cargo, a UGT apresentou a prometida proposta, o documento foi recebido com desagrado pela ministra e os

patrões, que falaram em “extremar de posições”.

Até quarta-feira, o documento não tinha sido ainda discutido nas reuniões técnicas que juntaram no Ministério do Trabalho os representantes do Governo, confederações patronais e UGT. E Mário Mourão garantiu ao Expresso que se não o for, antes da reunião de concertação social marcada para terça-feira, 3 de março, ponderará suspender as negociações.

Até lá, já depois do fecho deste artigo, estão previstas três reuniões técnicas.